**O PLANO CAMPONÊS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CASO PELOTAS**

**KRUGER, Nino Rafael Medeiros (autor)**

**AVILA, Jéssica Silva de (autor)**

**RIBEIRO, Cristine Jaques (orientador)**

**contatorafaelkruger@hotmail.com**

**Evento: Congresso de Iniciação Científica**

**Área do conhecimento: Serviço Social Aplicado**

**Palavras-chave:** alimentação; movimentos sociais; plano/programa camponês**.**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa vinculado ao mestrado em Política Social e a graduação do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, intitulado “Alimentação enquanto Direito Humano e sua relação com o Programa Camponês no Estado do Rio Grande do Sul”. Acompanhando a luta de movimentos sociais organizados cuja prática se direciona na construção de outros valores entre os seres humanos e a terra, na perspectiva de cuidado como atitude de ocupação.

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo de modernização do trabalho campesino iniciado no final da década de 1940, que posteriormente foi chamado de revolução verde, carregava em si o discurso ideológico de aumento da produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. Mas caracterizou-se pelo desenvolvimento de tecnologias extremamente nocivas ao meio ambiente e aos seres humanos, alem do aumento do êxodo rural, e consequêntemente das desigualdades sociais (MPA 2012).

Partindo desta premissa, acadêmicos e profissionais do Serviço Social têm acompanhado movimentos sociais que buscam o enfrentamento ao modelo vigente, através da efetivação e acesso a políticas públicas que garantam seus direitos, esta ação é preconizada no artigo 12 do código de ética da profissão.

Para análise destas relações, fazemo-nos valer de textos de: Félix Guattari, GregórioBaremblitt, José S. Martins, do Código de Ética do Assistente Social, textos de João P. Stedile, também da Cartilha do Plano Camponês e da Cartilha do Programa Agrário do MST.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Temos acompanhado como observadores as reuniões da comissão gestora do Plano/Programa Camponês na região de Pelotas, que traz em si representações de movimentos sociais e sindicais. Utilizamos a metodologia qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica, para produção, coleta, e análise dos dados. Assim, temos desenvolvido o trabalho, pela possibilidade de análise do contexto, como pesquisador se colocando em condições de compreender as particularidades da forma de organização dos movimentos sociais envolvidos.

Também participamos de atividades promovidas pelos envolvidos nesse processo para compreendermos de forma mais profunda suas relações e nos aproximarmos da gênese de seus debates.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O acompanhamento aos movimentos sociais nos levou a procurar entender os processos e modelos de produção agrícola, que têm sido propostos pela agroindústria transnacional e pelos movimentos contra-hegemônicos que buscam o resgate dos modos de produção familiares (MST 2013). A analise da relação entre movimentos sociais urbanos e campesinos, nos fez perceber que a luta dos mesmos é na verdade uma luta pela garantia de direitos de toda a sociedade. Visto que o direito de produção e consumo de uma alimentação saudável, é de todos e para todos, pois assim foi estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reafirmado pela Constituição Brasileira em 1988. A não garantia destes direitos tem feito com que movimentos sociais e profissionais das mais diversas áreas se mobilizem e organizem-se em torno da elaboração e efetivação de políticas públicas que possam trazer respostas a estas mazelas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São notórias as conquistas alcançadas através da união e trabalho conjunto dos movimentos sociais que temos acompanhado.

Cursos profissionalizantes através do PRONATEC com turmas exclusivas para os mesmos, avanço em pautas de difícil encaminhamento e a efetivação do Plano/Programa Camponês no estado do Rio Grande do Sul. Somente na cidade de Pelotas, 612 famílias cadastradas junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) serão alcançadas pelo programa, que já esta sendo operacionalizado e prevê a distribuição de alimentação produzida de forma agroecologica (sem a utilização de agrotóxicos) para as mesmas em forma de cesta básica, pelo período de um ano.

Nas relações dos movimentos sociais contemplamos a materialização de políticas públicas e programas do governo federal e estadual, e o fortalecimento desses movimentos frente às lutas que enfrentam em defesa de seus direitos. Aproximar a cidade do campo faz com que os envolvidos percebam nessas relações que a qualidade do alimento é fundamental para o seu desenvolvimento, e assim se cria um ambiente para outras discussões, a soberania alimentar é um exemplo. Alimentos com qualidade, como devem ser produzidos e como devem ser distribuídos.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

CFESS. **Código de ética do/a Assistente Social.** Brasília: Imprensa do CFESS, 1997.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

STÉDILE, João Pedro. (org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês:** da agricultura camponesa para toda sociedade. Espírito Santo: Edição Tatiany Volker Boldrini, 2012.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa agrário do MST:** Lutar, construir reforma agrária popular. São Paulo: Editora: Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013.

SENADO. [**Constituição Federal de 1988**](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/). Portal Senado Federal, Brasília, 06 ago. 2013. Acessado em 08 out 2013. Online. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>